

2ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CAMPEÕES DE VIDA – ACV



CAPÍTULO I

Seção I – Do nome, sede, natureza e objetivo da associação.

Artigo 1º

A Associação Campeões de Vida, também designada pela sigla ACV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 11.514.090/0001-55, com sede e foro no sítio Nosso Canto, em Mangueira, Córrego Capitão Lindemberg na comarca de Rio Bananal – ES – CEP: 29920-000, é uma associação civil sem fins lucrativos, nos termos do Artigo 53 ao do Novo Código Civil, de caráter beneficente, de Assistência Social, de Cultura, de Esporte, de Recreação, de saúde, e de Educação, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender gratuitamente, de forma continuada, permanente e planejada, prestando atendimento e assessoramento, bem como Atuando na defesa e garantia de direitos, a todos que necessitem de suas ações assistenciais, sem discriminação, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, gênero, cor, orientação sexual, crença religiosa ou política, tendo portanto, como finalidades preponderantes a assistência e inclusão social, desenvolvimento comunitário, e foco principal ações em benefício de crianças e adolescentes e jovens e reger-se-á pelo presente Estatuto e Regimento Interno.

Artigo 2º

A ACV tem como finalidades e objetivos:

- I. Promoção da assistência social;
- II. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- III. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- IV. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- V. Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de acordo com a legislação vigente;
- VI. Promoção da segurança alimentar e nutricional;



- VII. Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VIII. Promoção do voluntariado;
- IX. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X. Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI. Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades desenvolvidas por esta Associação.
- XII. Promoção de serviços e atendimentos no âmbito sócio-educacional socioeducacional, a toda e qualquer pessoa, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, credo, e religião;
- XIII. Ações de habilitação, reabilitação e integração de pessoas à vida comunitária atuando na prevenção de problemas sociais;
- XIV. Atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos.
- XV. Formulação, promoção, implementação e participação em Programas, Projetos e Estratégias da Educação, da Assistência Social, do Esporte, da Cultura, do Lazer em todas as fases das Políticas Públicas nestas áreas.
- XVI. Participação em programas municipais de educação destinados na manutenção e desenvolvimento do ensino ou programas suplementares vinculados a eles.
- XVII. Colaborar com as iniciativas públicas e privadas que visem o bem-estar social, para o fortalecimento da rede socioassistencial, para promoção da defesa dos direitos de pessoas, famílias e comunidades.
- XVIII. Promoção de Eventos Desportivos.
- XIX. Promover o bem-estar social das pessoas e comunidades em que atua, sempre dentro dos recursos e condições disponíveis, visando o desenvolvimento integral (intelectual, físico, psicológico, espiritual e social) e o combate à toda forma de exclusão social;
- XX. Promover o voluntariado e a participação popular nos processos de emancipação social política e econômica das comunidades em que atua;
- XXI. Organização e promoção e realização de encontros e eventos para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de maneira isolada ou em parceria com pessoas físicas e outros órgãos e entidades;
- XXII. Desenvolvimento de ações nas áreas da educação, saúde, comunicação, inclusão social e geração de renda, em parceria ou não com entidades públicas e particulares;

- XXIII. Oferecimento de treinamentos e capacitações que visem a emancipação social, política e econômica de pessoas, famílias e comunidades socialmente vulneráveis, por meio de processos pautados nos valores e princípios da economia solidária, da democracia e da participação popular;
- XXIV. Desenvolvimento de cursos, palestras, seminários, encontros de capacitação técnica e social, nas diversas áreas do conhecimento;
- XXV. Promoção de ações voltadas para a promoção e defesa do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental, social e econômica das comunidades em que atua;
- XXVI. Promoção de processos educativos democráticos e comunitários, em regime de gratuidade, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo primeiro

Para atingir seus objetivos suas finalidades e fins a ACV, poderá contratar a prestação de serviços técnicos especializados e firmar parcerias com outras pessoas físicas, órgãos e entes públicos e privados, sendo vedado a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado, e/o apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens, sendo que os Termos de Fomento, o Termos de Colaboração e os Acordos de Cooperação poderão ser celebrados com organizações da sociedade civil, independente destas entidades possuírem títulos ou certificados.

Parágrafo segundo

Para realização de seus objetivos a ACV, poderá filiar-se a outras entidades congêneres, a nível regional, estadual e ou federal, sem perder sua individualidade e poder de direito de decisão.

Parágrafo terceiro

Os serviços e atividades descritos no artigo segundo deste estatuto, serão prestados sempre de forma gratuita e universalmente, priorizando a sua destinação à quaisquer pessoas em situação de vulnerabilidade social, sejam elas crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos, provenientes de áreas urbanas ou rurais, independentemente de sua etnia, raça, sexo, gênero, condição social, orientação política, sexual ou religiosa, tudo atendendo aos ditames da lei Nº 13.019/2014 e demais normas vigentes.



Artigo 3º

Para consecução dos objetivos e fins a que se propõe, a ACV adota os seguintes princípios e diretrizes:

- a) Promoção de ações **socioeducativas** baseadas nos princípios da liberdade e *dignidade da pessoa humana, buscando sempre a promoção da educação, promoção da saúde e promoção do voluntariado.*
- b) Em regra todos os membros integrantes dos cargos diretivos da associação prestarão serviços gratuitos e voluntários.
- c) A ACV não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente em território nacional na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva de acordo com o parágrafo único do Art. 1º da Lei 9.790/99 e Lei 13.204/2015.
- d) Obrigatoriedade de escrituração contábil regular das despesas e receitas provenientes de convênios públicos e outras fontes, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais;
- e) No desenvolvimento de suas atividades, a ACV observará os princípios da legalidade, legitimidade impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e da eficácia e não fará qualquer discriminação de pessoas por sua origem, raça, sexo, cor, idade, credo e religião;
- f) A ACV atuará por meio de execução e administração de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins conforme parágrafo único do art. 3º da Lei 9790/99 e 13.019/2014.
- g) Fiel cumprimento de seu Estatuto Social, Regimento Interno e Legislação Vigente.

Artigo 4º

Para realização de seus objetivos a receita da ACV terá origem:



- a) Nos auxílios e doações de pessoas físicas e jurídicas, patrocínios e/ou subvenções, parcerias envolvendo transferência de Recursos financeiros com a Administração Pública.
- b) Termos de colaboração e/ou termo de fomento, firmados com a Administração Pública para financiamento de projetos e atividades na sua área de atuação;
- c) Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e ou internacionais, devendo as parcerias sem recursos financeiros ser consolidadas mediante acordo de cooperação.
- d) Doações, legados e heranças;
- e) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- f) Produtos de exposições, festivais, bazares, eventos esportivos e quaisquer outras espécies de arrecadação permitidas por lei.

Parágrafo Único: A associação também poderá obter recursos provenientes de transferências de recursos previstas em tratados, acordos e convenções internacionais que forem homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal, desde que os recursos envolvidos forem integralmente oriundos de fonte externa de financiamento.

Artigo 5º

Toda e qualquer receita recebida pela ACV, será integralmente aplicada no país e em suas finalidades e objetivos, bem como, em sua auto – sustentação, sempre visando garantir melhores condições para seus associados, voluntários e aqueles que usufruem dos serviços prestados, sujeitando-se a associação ao controle de resultados e cumprimento do objetivo proposto.

Artigo 6º

A ACV poderá celebrar parcerias através de contratos com organizações do terceiro setor, setor privado e termo de Cooperação, Termo de Fomento, e Acordo de Cooperação com a Administração Pública: órgãos governamentais no âmbito municipal, estadual, e federal, de acordo com as Lei 13.019/2014, Lei 13.204/2015 e outras legislações vigente.

Artigo 7º

AACV funcionará por prazo indeterminado.



CAPÍTULO II

Seção I – Associados.

Artigo 8º

São associadas à ACV as pessoas físicas definidas e classificadas nas categorias do parágrafo primeiro a seguir.

Parágrafo primeiro

Os Associados serão classificados em quatro categorias:

- a) Sócios Fundadores – Todas as pessoas físicas que participaram do ato de fundação, e requererem sua filiação a ACV;
- b) Sócios Beneméritos – Todas as pessoas que por convite e indicação exclusiva da diretoria, e aprovação da assembleia, forem distinguidas por algum préstimo de grande importância e relevância para a ACV;
- c) Sócios Honorários – Todas as pessoas que por indicação exclusiva da diretoria e aprovação exclusiva da assembleia, forem distinguidas por algum préstimo de grande importância e relevância para a ACV;
- d) Sócios Contribuintes – Todas as pessoas físicas que contribuírem ocasional ou sistematicamente e requerem a diretoria sua filiação a ACV.

Parágrafo Segundo

Os associados de qualquer categoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas dívidas e obrigações assumidas pela ACV, como também não terão nenhum direito no caso de desligamento, demissão ou exclusão.

Seção II – Da Admissão, desligamento, Suspensão e ou Exclusão de Associados.

Artigo 9º - Da Admissão

- a) Será admitido como sócio fundador, todo aquele que participar do Ato de Fundação e requerer a sua associação;



- b) Será admitido como sócio benemérito, todo aquele que for indicado pela diretoria e aprovado pela assembleia com no mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) da pontuação dos votos consignados;
- c) Será admitido como sócio honorário, todo aquele que for indicado pela diretoria e aprovado pela assembleia com no mínimo de $\frac{2}{3}$ (dois terços) da pontuação dos votos consignados;
- d) Será admitido como sócio contribuinte todo aquele que for indicado e aprovado pela assembleia por maioria simples da pontuação dos votos consignados.

Artigo 10º - da Suspensão

Será considerado suspensos, por prazos que podem variar de 3 (três) meses a no máximo 9 (nove) meses, os associados que por justa causa tiverem sido disciplinados com suspensão de direitos de associados, decidido em assembleia por maioria simples, por atitudes que ferem este estatuto e aos objetivos da ACV. Resguardado amplo direito de defesa.

Artigo 11º - Do Desligamento

Será considerado desligado, a todo e qualquer membro associado que solicitar por escrito, renunciando seus direitos de associado ou por óbito.

Artigo 12º - Da Exclusão

- a) Será Considerado excluído, o associado que por justa causa comprovada e resguardado amplo direito de defesa, todo associado que causar prejuízo grave por má conduta ao funcionamento, a imagem, ou as finanças da ACV;
- b) Para efetivar processo de exclusão de um associado será necessário mínimo de $\frac{2}{3}$ (dois terços) da pontuação dos votos consignados.

Seção III – Dos direitos e Deveres dos Associados.

Artigo 13º - São direitos dos Sócios fundadores:

- a) Habilitar-se aos serviços prestados pela ACV, e que lhe sejam compatíveis;
- b) Ser votado para os cargos da diretoria principal;



- c) Participar de comissões especiais temporárias ou permanentes a realização de serviços próprios da associação;
- d) Indicar nomes para admissão como sócios beneméritos e honorários;
- e) Opinar junto a diretoria no sentido de aprimoramento e ampliação de serviços inerentes a ACV;
- f) O voto do sócio fundador terá peso de **10 (dez)** nas votações em Assembleia.

Artigo 14º - São direitos dos sócios Beneméritos:

- g) Habilitar-se aos serviços prestados pela ACV, e que lhe sejam compatíveis;
- h) Ser votado para os cargos da diretoria principal;
- i) Participar de comissões especiais temporárias ou permanentes a realização de serviços próprios da associação;
- j) Opinar junto a diretoria no sentido de aprimoramento e ampliação de serviços inerentes a ACV;
- k) O voto do sócio benemérito terá peso de **06(seis)** nas votações em assembleia.

Artigo 15º - São direitos dos Sócios Honorários:

- l) Habilitar-se aos serviços prestados pela ACV, e que lhe sejam compatíveis;
- m) Participar de comissões especiais temporárias ou permanentes a realização de serviços próprios da associação;
- n) Opinar junto a diretoria no sentido de aprimoramento e ampliação de serviços inerentes a ACV;
- o) O voto do sócio honorário terá peso de **03 (três)** nas votações em assembleia.

Artigo 16º - São direitos dos sócios contribuintes:

- p) Habilitar-se aos serviços prestados pela ACV, e que lhe sejam compatíveis;
- q) Opinar junto a diretoria no sentido de aprimoramento e ampliação de serviços inerentes a ACV;
- r) O voto do sócio contribuinte terá peso de **01 (um)** nas votações em assembleia.
- s) Ser indicado a cargo eletivo após quatro anos de filiação e serviço prestados.

Artigo 17º - São deveres de todos os sócios:

- a) Contribuir com esmero para que a ACV venha a concretizar seus objetivos e finalidades;

- b) Acatar as determinações da Diretoria, do Conselho e as deliberações da Assembleia;
- c) Atender as convocações da Assembleia Geral e de outros órgãos da ACV quando solicitado;
- d) Votar nas Assembleias;
- e) Contribuir para a manutenção financeira da ACV;
- f) Zelar pela imagem da ACV e da diretoria;
- g) Comportar-se cordialmente nas assembleias e quando estiver representando a ACV.



CAPÍTULO III

Da Administração

Artigo 18º

São Órgãos da Administração da ACV:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Fiscal e Consultivo;
- c) Diretoria Executiva.

Artigo 19º

A ACV será administrada pela Diretoria Executiva e assessorada por um Conselho Fiscal e Consultivo eleito de acordo com este estatuto.

Parágrafo Único

Os cargos da diretoria e conselhos poderão ser ocupados por ocupados por qualquer membro que cumpra suas obrigações e que possua o no mínimo 4 anos de inclusão nos quadros da associação.

Seção I – Da Assembleia Geral

Artigo 20º

A Assembleia Geral, órgão soberano da ACV, é constituída pelos associados em conformidade de suas obrigações.

Será dirigida pelo Presidente da Diretoria Executiva, e na sua falta pelo Vice-Presidente. Na ausência de ambos será presidida pelo Relator do Conselho Fiscal e Consultivo.



Parágrafo primeiro

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente anualmente, sendo definidas as datas das assembleias nas reuniões extraordinárias.

Parágrafo Segundo

A diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente em períodos quadrimestrais juntamente com o Conselho Fiscal e Consultivo.

Parágrafo Terceiro

A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente executivo, pela maioria da diretoria ou por 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e beneméritos.

Artigo 21º

Compete a Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros do Conselho Fiscal e Consultivo;
- b) Eleger os membros da diretoria executiva;
- c) Outorgar distinção a sócios beneméritos e honorários;
- d) Admitir sócios contribuintes
- e) Alterar o estatuto social, por proposta da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal e Consultivo ou de no mínimo de 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e beneméritos;
- f) Resolver sobre a extinção da ACV e o destino de seu patrimônio quando impossibilitada ou impedida de cumprir as suas finalidades;
- g) Destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Consultivo, disciplinar sócios por motivos graves em deliberação fundamentada, assegurado amplo direito de defesa aos indicados;
- h) Apreciar as contas anuais da diretoria, a vista do parecer do conselho fiscal e consultivo.



Parágrafo Único

Na hipótese na alínea g, é exigido mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de pontuação de votos consignados, dos associados presentes a Assembleia Geral, especialmente convocada para esses fins, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem maioria absoluta dos associados fundadores presentes ou com menos de $\frac{1}{3}$ (um terço) dos presentes em segunda convocação.

Artigo 22º

A Assembleia Geral será realizada, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados fundadores presentes, com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer numero de associados, com tempo de espera de no máximo de 40 minutos da hora de convocação.

Parágrafo Primeiro

A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com no mínimo de trinta dias de antecedência, publicando-se o edital nos murais públicos da cidade.

Parágrafo Segundo

Para deliberar sobre a extinção da ACV, a Assembleia Geral Será convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, por proposta da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Consultivo ou por $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos sócios fundadores e beneméritos. A decisão sobre a extinção da ACV, bem como o destino de seu patrimônio, deverá ser tomada por no mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) da pontuação dos votos consignados dos sócios presentes.

Seção II – Do Conselho Fiscal e Consultivo

Artigo 23º

O Conselho Fiscal e Consultivo terá três membros efetivos sendo um relator, e três membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos.

Parágrafo Único

No caso de vacância do cargo de conselheiro, os membros remanescentes encaminharão proposta de eleição para ser apreciada pela Assembleia Geral



Artigo 24º

Na Primeira reunião do Conselho Fiscal e Consultivo será escolhido um relator entre seus membros.

Artigo 25º

Compete ao Conselho Fiscal e Consultivo:

- a) Propor a Assembleia Geral a destituição dos membros da Diretoria Executiva, no topo ou em parte;
- b) Tomar conhecimento e encaminhar a assembleia Geral os balancetes financeiros, contábeis e relatórios e as contas da tesouraria, devidamente acompanhadas de parecer fundamentado sobre aprovação ou reprovação;
- c) Apreciar proposta para aquisição de imóveis, a pedido da diretoria;
- d) Opinar sobre qualquer matéria, a pedido da diretoria;
- e) Solicitar a Diretoria Executiva, sempre que julgar necessário, informações sobre as atividades da ACV;
- f) Impugnar ou aprovar as contas, avaliando o relatório do Conselho Fiscal e Consultivo;

Seção III – Da diretoria Executiva

Artigo 26º

AACV será administrada por uma Diretoria Executiva, composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros.

Parágrafo Primeiro

Cabe a Assembleia Geral eleger os titulares da Diretoria Executiva dentre os sócios.

Parágrafo Segundo

O mandato dos membros da diretoria executiva será de dois anos, podendo ser reeleitos por mais dois anos, findando-se sempre em 30 de novembro.



Parágrafo Terceiro

Nos termos deste estatuto, só será permitida 01 (uma) reeleição ao presidente da Diretoria Executiva.

Artigo 27º

A ACV será representada pelo Presidente Executivo, ativa e passivamente, em juízo e fora dele no exterior ou em território nacional, nos termos do presente estatuto.

Parágrafo primeiro

A movimentação de contas junto às Instituições financeiras, bem como os recebimentos de subvenções e auxílios concedidos pelo poder público depende da assinatura conjunta do presidente executivo e do tesoureiro.

Parágrafo Segundo

Na ausência do presidente e ou tesoureiro assinará o vice-presidente conjuntamente com um dos membros do Conselho Fiscal e Consultivo.

Parágrafo Terceiro

Para a contratação de operações de crédito em nome da ACV, é obrigatória a assinatura do Presidente Executivo conjuntamente com o tesoureiro.

Parágrafo Quarto

Nenhum bem imóvel integrante do patrimônio da ACV, poderá ser dado em garantia para a obtenção de empréstimos, fiança ou equivalentes sem autorização e aprovação da Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim.

Parágrafo Quinto

Para a prática dos atos administrativos e de representatividade prevista nos parágrafos acima, o presidente poderá assinar em conjunto com um membro do conselho fiscal e consultivo.

Parágrafo Sexto

São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a ACV, os atos de qualquer dirigente, procurador, ou funcionário, que envolverem, em obrigações ou

negócios estranhos aos objetivos e finalidades da ACV, bem como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.



Artigo 28º

Compete a Diretoria Executiva:

- a) Elaborar planos, contratar funcionários e definir suas obrigações, fiscalizar todos os trabalhos da ACV;
- b) Resolver e propor ao Conselho Fiscal e Consultivo e a Assembleia Geral a aquisição e ou alienação de bens imóveis;
- c) Convocar a Assembleia Geral quando entender conveniente, ou a requerimento de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e beneméritos;
- d) Apresentar ao Conselho Fiscal e Consultivo e relatório das atividades do ano anterior e o balanço contábil financeiro, colocando a sua disposição os respectivos documentos e a escrituração contábil;
- e) Prestar informações solicitadas pelo Conselho Fiscal e Consultivo;
- f) Propor a Assembleia Geral a reforma dos estatutos;
- g) Propor a Assembleia Geral a destituição de membros do conselho fiscal e consultivo por motivos graves, reservado o direito amplo de defesa;
- h) Convocar Assembleia Geral para a eleição do Conselho Fiscal e Consultivo;
- i) Dispor, em geral, acerca da administração da ACV.

Artigo 29º

A diretoria, ou algum de seus membros, que deixar de cumprir suas atribuições, injustificadamente ou que não tiverem suas contas aprovadas, poderá ser destituída por proposta do Conselho Fiscal e Consultivo a Assembleia Geral, e mediante a aprovação da maioria absoluta da pontuação dos votos consignados. A nova diretoria eleita completará o mandato da que for destituída.

Artigo 30º

Compete ao Presidente Executivo:

- a) Representar a ACV, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- b) Outorgar, em conjunto com um membro do Conselho Fiscal e Consultivo, procurações para fins judiciais e administrativos, especificando, no instrumento, os atos ou operações permitidas ao mandatário e a duração do mandato. As



procurações *ad judicia* serão outorgadas por prazo indeterminado, podendo a ACV exercer seu direito de Renúncia ao mandato por conveniência e deliberadidade;

- c) Coordenar todas as atividades da ACV de acordo com o presente estatuto e demais normas;
- d) Presidir as reuniões da diretoria, convocar as Assembleias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- e) Assinar com o tesoureiro os documentos relativos à movimentação financeira;
- f) Elaborar relatórios anuais a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Artigo 31º

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar ao presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com suas atribuições;
- b) Convocar a Assembleia Geral, para preencher a vaga ocorrida no cargo de presidente, faltando mais de seis meses para o término do mandato.

Artigo 32º

Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar por todos os livros contábeis e materiais da Tesouraria;
- b) Assinar, em conjunto com o presidente, todos os documentos que representem valor, especificamente depósitos e retiradas em estabelecimentos bancários;
- c) Efetuar, mediante comprovante, os pagamentos autorizados;
- d) Arrecadar quaisquer receitas, mediante recibo, depositando-as e estabelecimentos bancários indicados pela Diretoria;
- e) Escriturar, em dia, com clareza e precisão os livros da tesouraria;
- f) Apresentar o balanço patrimonial e a demonstração da receita e despesa de cada exercício;
- g) Elaborar os balancetes mensais e o balanço anual da ACV.

Artigo 33º

O Patrimônio da ACV é Constituído dos bens e direitos que possui atualmente, e dos que vier a adquirir, a título oneroso ou gratuito, aplicando integralmente suas rendas,

recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos e finalidades.



Parágrafo Único

Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade

Artigo 34º

É vedada a remuneração, concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, bem como a distribuição de resultados, ou dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, aos seus diretores, conselheiros.

Artigo 35º

As funções ou atividades pertinentes às atribuições do cargo de Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e Consultivo são inteiramente gratuitas, sendo vedada remuneração, que lhes sejam atribuídas pelo estatuto social em razão de competência própria do cargo.

Parágrafo Primeiro

A ACV, não poderá cooperar na constituição de patrimônio de indivíduo, família, entidade de classe ou instituição sem exclusivo caráter filantrópico e ou beneficente.

Parágrafo Segundo

Os recursos advindos dos poderes públicos serão aplicados dentro do Estado do Espírito Santo ou no caso de haver unidades prestadoras de serviço a ela vinculadas no âmbito do Estado Concessor.

Artigo 36º

No caso de dissolução ou extinção da ACV, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social sendo, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta

Artigo 37º

A Eleição se dará de dois em dois anos, com uma exigência de edital de convocação específico com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Artigo 38º

Concorrerão as eleições em chapas registradas na mesa da comissão organizadora eleitoral, compostas de doze membros.



Artigo 39º

Será considerada vencedora a chapa com maior numero de pontos dos votos consignados.

Artigo 40º

Será necessário 2/3 (dois terços) de associados em conformidade com suas obrigações sociais, em primeira convocação, e em segunda convocação, respeitando prazo de 40 (quarenta) minutos após o horário definido pelo edital, será necessário cinquenta por cento mais um, do número de associados.

Artigo 41º

O processo de votação será por cédula eleitoral e voto secreto.

Artigo 42º

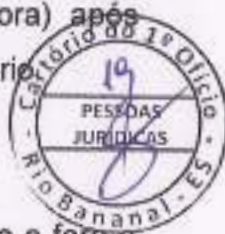
O Exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício, serão levantadas as demonstrações financeiras e preparado o relatório da diretoria referente ao período, relacionado as receitas e despesas verificadas no período, para a apreciação e votação pela Assembleia Geral após parecer do Conselho Fiscal e Consultivo.

Artigo 43º

Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal e consultivo, com aprovação da Assembleia Geral, sempre de acordo com os objetivos da ACV, aplicando-se, por analogia, dispositivos de ordenamento legal vigente no país.

Artigo 44º

O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de $\frac{3}{4}$ (três quartos) da pontuação dos votos consignados em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios fundadores presentes, ou com maioria simples de sócios fundadores presentes em segunda convocação, resguardado 01 (uma hora) após horário definido em edital, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.



Artigo 45º

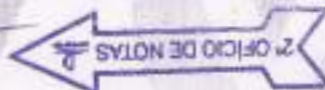
Os registros de atas e qualquer outra alteração neste estatuto terão por sede e foro o município de Linhares – Estado do Espírito Santo. Os demais artigos, incisos, alíneas e parágrafos ficam inalterados permanecendo em vigor.

O presente estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 08 (oito) de abril do ano de 2017 (dois mil e dezessete).

Rio Bananal – ES, 08 de Abril de 2017.

Werison Risperi

Presidente da ACV



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE RIO BANANAL - RGI
Oficial e Tabelião: Helvécio Lacerta Junior
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS / PESSOA JURÍDICA
022889.BVW1601.02686

Apresentado em 16/10/2017 para Registro.
Protocolo 047 do Livro
Registro nº AV-013-073 do Livro A

Rio Bananal, ES, 16 de outubro de 2017

GLEYTON GRASSI LACERTA

ESCREVENTE AUXILIAR

Emolumentos: R\$ 152,48 Taxas: R\$ 38,26 Total: R\$ 190,74
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO REIS

2º OFÍCIO - TABELIONATO DE NOTAS DE LINHARES
Avenida João Felipe Camarão, 735 - Centro - Linhares - ES - CEP 20.000-000
(22) 3256-1971 - cartorioreis@cartorioreis.com.br / cartorioreis.com.br

Reconheço conforme art. 568 do Código de Normas, por assinatura
Firma: **WERISON RISPERI**

Em Test. _____ da unidade Linhares-ES, 16/10/2017, 10:57:27

THULIO ALEXANDRO MARCINI - Escrevente - Cod: UVEJSCXGJC

Selo: 024125 (201704.07958) consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emolumentos: R\$ 4,99 Encargos: R\$ 1,50 Total: R\$ 6,49



00615
25023